


Federação Catarinense de Municípios – FECAM

Colegiado de Assistência Social das Associações de Municípios Catarinenses – COAS/SC



**“A VISIBILIDADE DO TRABALHO DO ASSESSOR EM POLÍTICAS PÚBLICAS
NAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS”**

Florianópolis

2019

INTRODUÇÃO

Esse documento tem como objetivo, apresentar à Diretoria Executiva da FECAM, aos Secretários(as) Executivos(as) e aos Conselhos Políticos das Associações de Municípios, a forma que o Assessor em Políticas Públicas, pode contribuir no adequado atendimento das demandas municipais e regionais, e ainda contribuir para a qualificação do trabalho técnico desenvolvido pelos profissionais que atuam ou irão atuar nos referidos órgãos municipalistas.

Inicialmente o documento foi elaborado pelos Assessores em Políticas Públicas, que compõem as 10 Associações de Municípios e a FECAM, e neste momento atualizado com a participação dos 21 Colegiados Regionais de Assistência Social, vinculados ao Colegiado Estadual de Assistência Social – COAS da FECAM.

A atuação do Assistente Social nas Associações de Municípios existe há mais de 32 anos, com início no final na década de 1980, tinha por objetivo atender as demandas relacionadas à execução de políticas públicas, programas e projetos, apresentadas pelo governo Estadual e Federal junto aos municípios.

Atualmente contamos com 10 Assessores em Políticas Públicas nas Associações e uma Assessora Técnica da FECAM, conforme ilustra o gráfico:

Descrição: Assessores Técnicos nas Associações de Municípios.



Fonte: Elaborado pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM, 2019.

Conforme demonstrado no gráfico, 50% Associações de Municípios, contam com o Assessor em Políticas Públicas, todos(as) eles(as) possuem formação em Serviço Social,

considerando ser o profissional que na sua trajetória acadêmica está mais preparado para atuar no campo das políticas públicas atendendo também as disposições das leis que Regulamentam as Profissões e as devidas áreas de atuação.

Após a implantação da Política da Assistência Social e de Direitos Humanos, com seus desdobramentos nas áreas da criança e do adolescente, do idoso, da mulher, da pessoa com deficiência, dos imigrantes, da pessoa em situação de rua, e tantas outras, a demanda se resignificou e passou a apresentar novos desafios aos municípios, aos órgãos municipalistas e conseqüentemente a estes profissionais das Associações de Municípios. O trabalho tornou-se ainda mais reconhecido, as áreas constituíram-se em grandes referências, os profissionais se fortaleceram como grandes mobilizadores e assessores na implantação destas políticas públicas.

Diante das diferentes demandas que foram surgindo nas Associações oriundas dos Municípios, nasceu a necessidade de implementar e avançar também nas ações interdisciplinares e intersetoriais, que possibilitem a interlocução entre os diversos saberes e práticas considerando as particularidades e especificidades de cada profissão e de cada política pública. Além de atuar na assessoria e consultoria das políticas públicas, o Assessor em Políticas Públicas tem o desafio de atuar de forma intersetorial com as demais políticas.

O Assessor em Políticas Públicas, passa a atuar em diferentes áreas correlatas a Política da Assistência Social, atendendo os objetivos institucionais das Associações de Municípios que tem como uma das suas principais atividades fortalecer a administração pública municipal, com excelência na gestão e oferta de serviços qualificados, especializados buscando o fortalecimento das Políticas Sociais Públicas.

A assessoria e consultoria prestada pelos profissionais junto as Associações de Municípios possibilitam a visibilidade das Associações de Municípios em diversas políticas públicas – assistência social, saúde, pesca, agricultura, direitos humanos, defesa civil entre outras – de forma articulada e qualificada. Um dos critérios para a contratação de um assessor em políticas públicas, que atuará na assessoria e consultoria, é ter experiência e um vasto conhecimento sobre políticas públicas, pois tem como principal atribuição ser agente de mudanças, tendo como função fornecer informações especializadas, para que os municípios, por meio de seus servidores e trabalhadores, possam ter subsídios de resolutividade.

Por fim, é imprescindível que todas as regiões do Estado possuam o Assessor em Políticas Públicas, atuando principalmente nas áreas técnicas de Assistência Social, Direitos

Humanos e Habitação, podendo responder por demais áreas de referência conforme as demandas locais de cada associação, salientando que está constitui-se em uma importante e estratégica área técnica das Associações de Municípios, e tem por objetivo auxiliar no cumprimento dos objetivos e finalidades institucionais previstos no Estatuto Social da de cada entidade.

Com orgulho, respeito e apreço pela trajetória percorrida pelos 11 profissionais que hoje atuam junto às Associações e a FECAM, e pela trajetória que estamos construindo em prol do municipalismo catarinense, apresentamos nosso trabalho.

FORMAÇÃO: Serviço Social

CARGO/FUNÇÃO: Assessor em Políticas Públicas

POLÍTICAS PÚBLICAS ESSENCIAIS DE ATUAÇÃO DO ASSESSOR EM POLÍTICAS PÚBLICAS: Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação.

DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE O ASSESSOR PODERÁ ATUAR: Saúde, Defesa Civil, Agricultura e Pesca entre outras, conforme prioridade de cada Região do Estado.

POLÍTICAS DE ATUAÇÃO INTERSETORIAIS: Educação, Meio Ambiente, Turismo e Cultura.

AÇÕES E ATRIBUIÇÕES DO ASSESSOR EM POLÍTICAS PÚBLICAS:

No contexto das atribuições e competências o assessor/consultor em políticas públicas utiliza, em seu processo de trabalho, estratégias de ações que são **coletivas, particularizadas e representações institucionais**.¹

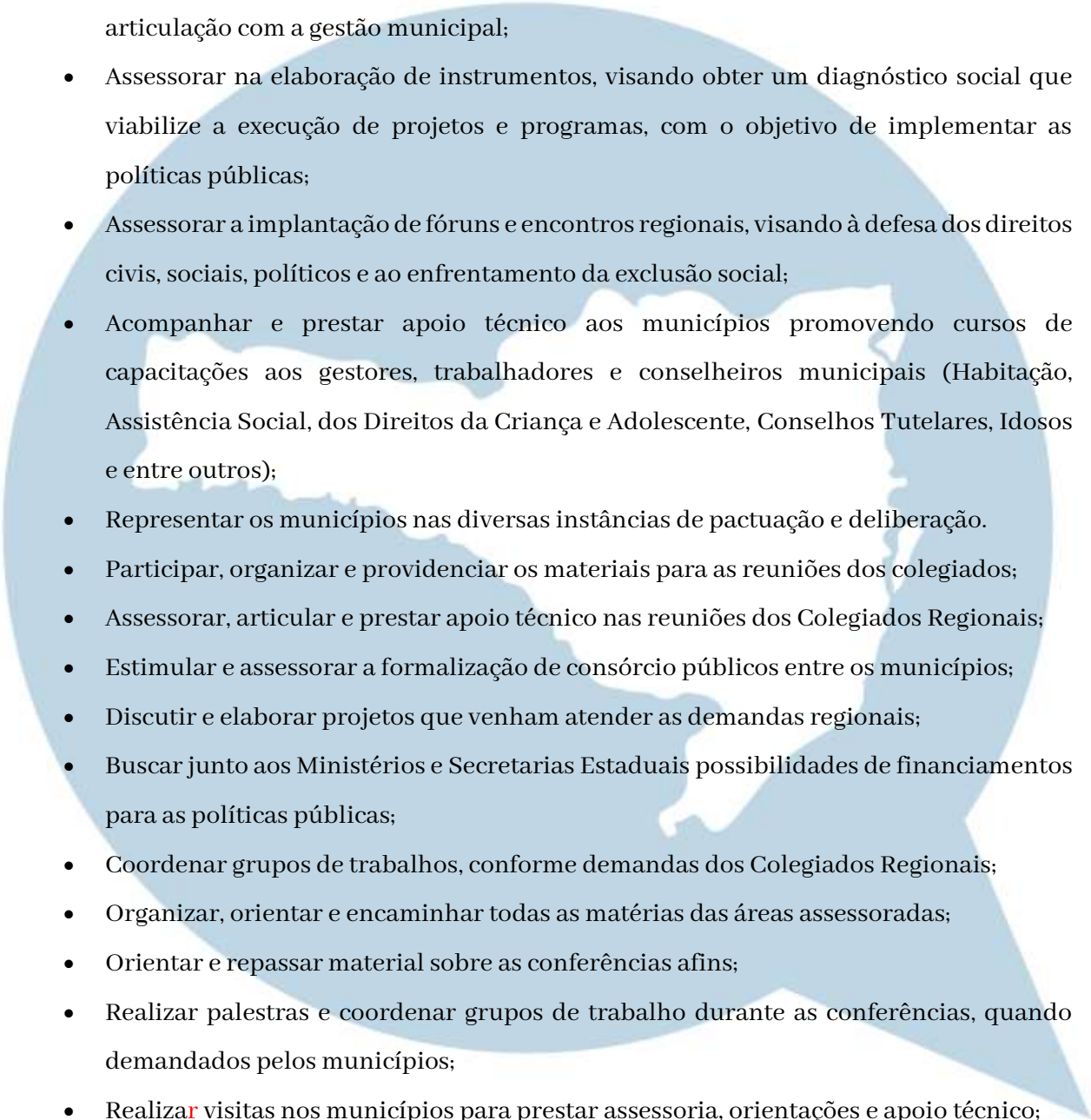
As ações que são consideradas **coletivas**, são realizadas para atender demandas dos municípios de forma regionalizada, por meio dos Colegiados Regionais, grupos de estudos, rodas de conversa, atividades instrutivas de orientação, realização e organização de seminários, eventos e capacitações. Nas atividades **particularizadas** os Municípios são atendidos de forma individualizada, *in locu* ou na sede da Associação de Municípios, por meio

¹ Elaborado no Plano de Trabalho da Assessora em Políticas Públicas da GRANFPOLIS, Vânia Guareski Souto, 2019.

de visitas aos Municípios, reuniões na sede, e assim, na sua maioria, as ações particularizadas exigem a elaboração de Relatórios, ou Pareceres Técnicos, sobre os assuntos em questão. Como terceira ação tem-se a execução da **representação e articulação institucional**, o que exige a aproximação com os órgãos estaduais e federais, conselhos de políticas públicas, órgãos do Sistema de Justiça, órgãos de controle externo, entre outros, bem como demanda a participação efetiva nas reuniões do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS.

Dessa forma, para explicitarmos as atribuições executadas de forma coletivas, particularizadas e de representação e articulação institucional, elencamos:

- Assessorar a implantação e a implementação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS – do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS de 2005– e da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH de 2006;
- Assessorar a implantação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social;
- Assessorar a implantação da Política Nacional para as Mulheres;
- Assessorar a implantação da Política Nacional do Idoso;
- Assessorar a Política Nacional da Pessoa com Deficiência;
- Assessorar, providenciar, elaborar, encaminhar e acompanhar as solicitações dos municípios, conforme demandas;
- Encaminhar e orientar os municípios sobre informes, portarias, leis e instruções normativas;
- Elaborar diagnóstico social da região, plano de trabalho, projetos, planilhas para os municípios;
- Atender, sempre que necessário, os Gestores Municipais da Política Nacional de Assistência Social e prestar as devidas orientações;
- Orientar e assessorar os Municípios na elaboração de Planos Municipais, Programas e Projetos nas diversas políticas públicas: Planos Municipais de Assistência Social, Plano Municipal de Habitação, Planos de Contingência, Planos Municipais Decenais da Criança e Adolescente, Planos de Medidas Socioeducativas, entre outros;
- Promover junto aos Municípios a troca de experiências, a fim de implementar as Políticas Públicas, propondo iniciativas de geração de renda a nível regional;

- 
- Orientar sobre a criação e a operacionalização de Fundos e dos Conselhos municipais em todas as áreas;
 - Executar e promover Rodas de Conversa, conforme demandas regionais, em parceria com órgãos estaduais e federais, bem como conselhos;
 - Assessorar os conselhos municipais para seu pleno funcionamento, fortalecendo a articulação com a gestão municipal;
 - Assessorar na elaboração de instrumentos, visando obter um diagnóstico social que viabilize a execução de projetos e programas, com o objetivo de implementar as políticas públicas;
 - Assessorar a implantação de fóruns e encontros regionais, visando à defesa dos direitos civis, sociais, políticos e ao enfrentamento da exclusão social;
 - Acompanhar e prestar apoio técnico aos municípios promovendo cursos de capacitações aos gestores, trabalhadores e conselheiros municipais (Habitação, Assistência Social, dos Direitos da Criança e Adolescente, Conselhos Tutelares, Idosos e entre outros);
 - Representar os municípios nas diversas instâncias de pactuação e deliberação.
 - Participar, organizar e providenciar os materiais para as reuniões dos colegiados;
 - Assessorar, articular e prestar apoio técnico nas reuniões dos Colegiados Regionais;
 - Estimular e assessorar a formalização de consórcio públicos entre os municípios;
 - Discutir e elaborar projetos que venham atender as demandas regionais;
 - Buscar junto aos Ministérios e Secretarias Estaduais possibilidades de financiamentos para as políticas públicas;
 - Coordenar grupos de trabalhos, conforme demandas dos Colegiados Regionais;
 - Organizar, orientar e encaminhar todas as matérias das áreas assessoradas;
 - Orientar e repassar material sobre as conferências afins;
 - Realizar palestras e coordenar grupos de trabalho durante as conferências, quando demandados pelos municípios;
 - Realizar visitas nos municípios para prestar assessoria, orientações e apoio técnico;
 - Elaborar diagnóstico e estudo das políticas públicas assessoradas;
 - Organizar e realizar visitas técnicas entre municípios;
 - Participar e organizar as reuniões com os Secretários Municipais, de Estado, Federal e outros órgãos afins.

- Avaliação de políticas públicas, programas e projetos;
- Orientar sobre a formulação, administração e execução das políticas públicas;
- Supervisão de Estágio em Serviço Social;
- Realização de projetos de pesquisa.

ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: COMPETÊNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL²

Nos últimos anos temos assistido o Serviço Social ser referência ao exercício profissional no campo da assessoria/consultoria. Isso é interessante, mas como toda temática emergente deve ser tratada com cuidado para que não se caia em um modismo. Acreditamos que a temática da assessoria/consultoria é importante para a profissão, mas não pode ser tratada de forma independente do rico debate teórico que o Serviço Social vem acumulando nas últimas décadas em relação as políticas públicas. Dentre as competências profissionais, está a assessoria e consultoria:

Art. 4º Constituem competência do Assistente Social:

VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo

A recorrência ao tema assessoria/consultoria no Serviço Social na atuação das políticas públicas não é recente. A temática no Serviço Social sempre esteve ligada à busca de uma nova possibilidade de atuação profissional, para além das ações profissionais classicamente desenvolvidas pelo Serviço Social (intervenção junto aos usuários dos serviços sociais e políticas sociais públicas ou privadas).

No entanto, as Associações de Municípios abrem uma nova perspectiva de atuação profissional, na assessoria e consultoria, que é prestada a um conjunto de Municípios e em diversas políticas públicas, avançando inclusive no trabalho intersetorial.

Historicamente, o exercício de assessoria está ligado ao *status* que essa função tem, o qual está relacionado ao reconhecimento intelectual que se dispensa ao assessor. A distinção

² **Maurílio Castro de Matos**, Mestre em Serviço Social (UFRJ) e Doutor em Serviço Social (PUC-SP). Assistente Social da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Professor Assistente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

entre assessoria e consultoria é mínima. Consultoria vem da palavra consultar, que significa pedir opinião. Portanto, consultoria é mais pontual que assessoria que remete a ideia de assistir.

Assim, definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional, ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições, contribuindo significativamente com os Municípios da sua região.

A reflexão aqui empreendida visou clarificar o que seja assessoria/consultoria e, em especial, apontar as possibilidades que essas estratégias indicam para o nosso exercício profissional, tanto na busca de qualificação do trabalho que realizamos como para as possibilidades de assessoria que podemos desenvolver. Esse caminho merece ser sempre alimentado com estudos, análise crítica da realidade e a capacidade de proposições, exatamente no caminho de que Iamamoto (1998, p. 79) vem apontando: um profissional informado, culto, crítico e competente.

A assessoria/consultoria, também, é uma importante possibilidade que temos de aprofundar o trânsito entre o conhecimento teórico acumulado e a renovação das suas estratégias técnico-operativas, desafio urgente nas políticas sociais. É neste contexto de desafios no trabalho de assessoria e consultoria, que o Assistente Social, enquanto Assessor em Políticas Públicas, se coloca à disposição de atuar, garantindo o suporte técnico, qualificado na atuação junto aos Municípios, o que vem a **contribuir significativamente na capacidade técnica dos municípios e na economicidade.**

Para ilustrar, a diferença quando a Associação de Municípios conta em seu quadro com o Assessor de Políticas Públicas, atuando na assessoria e consultoria, junto aos seus Municípios.

Assessoria/Consultoria – Associações de Municípios	Assessoria/Consultoria – Mercado
<ul style="list-style-type: none"> • Sem custos para o Município; 	<ul style="list-style-type: none"> • Com custos para os Municípios;
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecem a realidade dos Municípios; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecem a realidade do Município;
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecem as relações políticas estabelecidas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecem as relações políticas estabelecidas;
<ul style="list-style-type: none"> • Tem contatos e diálogos constantes com as equipes e gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem diálogo e contato prévios com os Municípios.

Ter o Assessor em Políticas Públicas na Associação de Municípios, reforça a importância da otimização de custos aos Municípios, otimizando processos de trabalho, que seriam realizados por Municípios individualmente, possibilitando processos de trabalho organizados de forma coletiva, a partir da assessoria da associação regional.

PERFIL DO ASSESSOR TÉCNICO NA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS:

- Possuir formação em Serviço Social em curso reconhecido pelo MEC;
- Conhecer sobre as Políticas Públicas, em especial aquelas em que vai atuar (Prova escrita);
- Dominar os principais softwares (Word, Excel, Internet Explorer), em decorrência das constantes pesquisas no site oficiais, elaboração de planilhas, apresentações, entre outros documentos (Prova prática de informática);
- Ter experiência profissional de no mínimo 2 anos em Prefeitura Municipal (Currículo);
- Demonstrar boa comunicação em público (Apresentação pessoal e trajetória acadêmica e profissional – na entrevista);
- Saber dirigir - comprovante da carteira de motorista;
- Ter disponibilidade para viagens.

Para o processo seletivo, as Assessorias Técnicas da FECAM – Políticas Públicas e Jurídico, oferecem o suporte necessário para a celeridade no processo.

INSTRUMENTOS DE TRABALHO

- 
- Visitas institucionais
 - Entrevistas
 - Grupos de Trabalho
 - Dinâmicas de grupo
 - Comunicação
 - Conhecimento
 - Palestras
 - Registros de atendimentos diários, mensal
 - Documentos oficiais: ofícios, comunicados, notas técnicas, orientações técnicas, entre outros;
 - Eventos e conferências
 - Reuniões
 - Pareceres
 - Relatórios
 - Memórias de Reunião
 - Lista de Presença
 - Diagnósticos
 - Planos/planejamentos
 - Plano de ação
 - Relatório de atividades
 - Atas de reunião

CARGA HORÁRIA: orientamos as Associações para que ao contratar os assessores em políticas públicas – Assistentes Sociais sigam a Lei 12.317, de 26 de agosto de 2010, que altera o artigo 5º da Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/1993) e define a jornada máxima de trabalho de assistentes sociais em 30 horas semanais.

SALÁRIO: Está em tramitação na Câmara dos Deputados no Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 5278/2009, que institui o piso salarial de R\$ 3.720,00 (a ser reajustado no mês da publicação da lei) para uma jornada de trabalho semanal de 30 horas para a categoria de assistentes sociais.

QUADRO DE ASSESSORES TÉCNICOS NAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS:

Associação	Assessor(a)	Tempo de Atuação
AMAUC	Neuza Maria Poletto Pucci	33 anos
AMAVI	Denise Dolejal	06 anos
AMESC	Rosangela Alexandrino	05 anos
AMFRI	Neuza Bottega	10 anos
AMUNESC	Evelise Maria Junkes	08 anos
AMOSC	Marlete Bruschi Weschenfelder	04 anos
AMPLANorte	Valéria Silva	04 anos
AMUREL	Ivania May	10 anos
AMURES	Lauro dos Santos	11 anos
GRANFPOLIS	Vânia Guareski Souto	04 anos
FECAM	Janice Merigo	10 anos

Agradecemos a oportunidade e estamos à disposição para o diálogo.



JANICE MERIGO

Assessora em Políticas Públicas - FECAM

Eixo 3: Políticas Públicas



NEUSA MARIA POLETTO PUCCI

Assessora em Políticas Públicas – AMAUC

Coordenadora do Colegiado Estadual de Assistência Social - COAS